

Professor acha que PDS AJ07453 veta lei do solo urbano

“A lei de Uso do Solo Urbano é até muito avançada para as atuais condições políticas e econômicas do País. Mas não creio que ela vá ser aprovada, mesmo porque já existe disposição, até por parte de políticos situacionistas, em retirá-la do Congresso”. A opinião é do professor de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, Benício Viero Schmidt, que ontem esteve em Vitória falando sobre o tema “Planejamento: uma reflexão”, na abertura do I Debate sobre Planejamento no Espírito Santo, que está sendo realizado no auditório do Alice Hotel.

Contudo, se o projeto — enviado ao Congresso no início deste mês, e que tem como objetivo fundamental dar uma destinação social aos terrenos urbanos ociosos e combater a especulação — for aprovada, segundo seu parecer, ele não vai provocar alterações no sistema capitalista vigente no País. “A aplicação da lei não vai implicar em uma reestruturação do capitalismo. O que está em xeque não é o sistema capitalista, mas a vida dos setores imobiliários que são, na verdade, quem faz o planejamento das cidades”.

FATO PARADOXAL

Com 51 artigos, o projeto começou a ser elaborado há seis anos e após encaminhado ao Congresso tornou-se alvo de muitas discussões. Durante muito tempo esteve engavetado no escritório do ministro Mário Andreazza, também presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), onde as idéias de uma lei sobre planejamento e reestruturação do solo urbano começaram a surgir.

O que teria levado o Governo Federal a elaborar um projeto de tal natureza, foi um dos questionamentos levantados pelos participantes do debate, uma vez que, para muitos, ele põe em debate a questão do direito à propriedade e exige uma reformulação tributária. Mas, para Benício Viero Schmidt, este é um fato aparentemente paradoxal, pois ao longo dos anos, durante toda a discussão na elaboração da lei, percebe-se que o que preocupa o Governo é a capitalização de recursos visando a poupança, uma vez que é extremamente vantajoso se capitalizar sobre a terra.

“Além disto — prosseguiu — não se pode dizer que o projeto é do Governo Federal. Ele foi elaborado por setores ligados ao Governo. Dele participou, por exemplo, o secretário executivo do CNDU, Militão de Moraes, que todo mundo sabe ser um conservador e que hoje está sendo chamado de socialista. Quanto a ser inconstitucional por ferir o direito de propriedade, o próprio Miguel Reale, também um dos juristas mais conservadores do País, disse que não existe na lei qualquer inconstitucionalidade”.

Autor do livro **O Estado e a Política Urbana no Brasil**, Benício Viero Schmidt falou rapidamente sobre a questão do planejamento urbano no País. “Não se pode dizer que não haja planejamento nas cidades. É só ver Brasília, por exemplo. Acontece que as cidades crescem desordenadamente porque os políticos não conseguem mandar nelas. Hoje, quem faz o espaço das cidades é o capitalismo imobiliário”.